

Artigo:

Título: Refugiados no Brasil: visões sobre o apoio prestado por instituições no país¹

Autoras: Julia Bertino Moreira² e Rosana Baeninger³

Resumo:

O artigo tem como objetivo apresentar as visões dos refugiados residentes no Brasil sobre o apoio prestado por diversas instituições que trabalham em prol deles no país: o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e as Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro e interessante notar que estas instituições conformam importantes atores envolvidos com a temática dos refugiados: Estado, instituições religiosas, que atuam enquanto representantes da sociedade civil, e ONU. Como afirma Agier (2006) a “gestão de populações indesejáveis” ganha contornos de “ação humanitária” com rígido controle oficial dos refugiados, no caso brasileiro traduzidas no papel da Cáritas e do ACNUR. Os dados explorados foram obtidos mediante a pesquisa intitulada “Condições de Vida da População Refugiada no Brasil”, realizada em 2007, pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em parceria com as Cáritas Arquidiocesanas de RJ e SP e com o ACNUR, e com recursos financeiros da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. A pesquisa se pautou por *survey*, com base em entrevistas realizadas com refugiados residentes nas duas capitais mencionadas. O questionário a eles aplicado continha perguntas fechadas, que buscaram apreender as características socioeconômicas e demográficas dessa população. Ainda contemplou perguntas abertas, que indagavam, entre outros pontos, sobre a avaliação acerca do apoio prestado pelo CONARE, pelo ACNUR e pelas Cáritas. As respostas às três perguntas abertas foram sistematizadas a partir das verbalizações dos entrevistados e, depois, analisadas de forma quantitativa e qualitativa. Os resultados indicam, de modo geral, que o apoio fornecido pelas instituições referidas se revela insuficiente, segundo os refugiados entrevistados. Nesse sentido, procuramos debater, ao final do artigo, possíveis soluções para aprimorar o trabalho realizado por elas em prol desses migrantes internacionais forçados que se encontram no Brasil.

¹ Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latino-Americana de População, Montevidéo, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012.

² UNICAMP/ email: juliabertino@unicamp.br

³ NEPO-UNICAMP/ email: baeninger@nepo.unicamp.br

Introdução:

Os refugiados são considerados migrantes internacionais forçados a cruzar as fronteiras nacionais de seus países de origem, em busca de proteção. Eles fogem de situações de violência, como conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos. Questões étnicas, culturais e religiosas, desigualdade socioeconômica, altos níveis de pobreza e miséria e, sobretudo, instabilidade política estão no centro dos fatores que levam às migrações de refugiados.

Os movimentos de refugiados e suas repercussões revelam como crises humanitárias demandam ações políticas no âmbito internacional. As organizações internacionais e não governamentais buscam a cooperação estatal, mas, para obterem êxito, precisam negociar com as autoridades governamentais a partir de condições colocadas por elas. Nesse ponto, destaca-se a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), uma agência especializada da ONU. A agência internacional se vale de parcerias com ONGs para viabilizar operações e programas de assistência a refugiados. E busca ainda o compromisso dos Estados envolvidos nos fluxos para implementar soluções em prol do grupo. Porém, como coloca Agier (2006), a “gestão de populações indesejáveis” ganha contornos de “ação humanitária” com rígido controle oficial dos refugiados realizado pelo ACNUR e pelas instituições provedoras de assistência no âmbito local.

É interessante notar a forma como determinadas agências humanitárias compreendem os refugiados. A imagem deles como pessoas sem ajuda, que precisam de ajuda, reforça a necessidade dos outros em assisti-los, assim como a ideia de incapacidade. São percebidos numa condição que requer ação e intervenção direta e imediata, independentemente de sua participação ou consulta. São tratados de forma passiva, como dados estatísticos ou números, e de forma homogênea, como recipientes de objetos ou itens de assistência humanitária. Salta aos olhos a noção de que os refugiados são uma categoria de pessoas que constituem um encargo, à medida que dependem da assistência fornecida pelos Estados, pela organização internacional e por ONGs (ZETTER, 1999; NEEDHAM, 1994; HARELL-BOND, 1999; ALEINIKOFF, 1995).

A estigmatização em torno dos refugiados é utilizada pelos atores que lidam com eles, já que, de modo geral, parece não pretenderem que os refugiados interfiram de forma assertiva na prestação da ajuda humanitária. É apenas esperado que os refugiados apreciem,

portanto, o que lhes é oferecido pelos que fornecem a assistência (ZETTER, 1999; NEEDHAM, 1994).

As expectativas dos atores que trabalham com os refugiados também condicionam a adaptação deles à nova realidade em que passam a ser inseridos. Se um refugiado é percebido por outros como o dependente de ajuda, ele pode incorporar essa ideia e assumir esse papel (NEEDHAM, 1994). Os estereótipos ajudam a informar as concepções dos próprios refugiados sobre o papel que se espera deles para ter a aprovação dos que ajudam e serem bem sucedidos em conseguir a assistência. Os refugiados podem se colocar, portanto, nesse lugar de totalmente dependentes das agências que assumiram responsabilidade sobre eles (HARRELL-BOND, 1999). Logo, os refugiados são atores que não apenas entendem o significado do termo ‘refugiado’, mas também usam estrategicamente esse rótulo para obter benefícios. Nesse sentido, podem se valer das ideias de fraqueza e vulnerabilidade para obter mais recursos de agências humanitárias. Ser rotulado como vítima também tem, segundo Barnett (2010), suas vantagens.

A falta de participação dos refugiados nas decisões que os afetam os priva do uso de seus próprios mecanismos, tão importantes para ajudá-los a restabelecer sua dignidade, autoestima e identidade pessoal. Esse tipo de privação acarreta uma série de síndromes, como ansiedade, depressão, apatia, e pode se manifestar em atitudes antissociais. O refugiado é, acima de tudo, um sobrevivente. Dificuldades, resistência à adaptação e desorientação são frequentes manifestações do que é ser um refugiado. Os refugiados também sofrem em função de alterações em sua identidade. Pessoas que antes eram autossuficientes passam a não ter mais recursos, poder e controle sobre suas vidas, tornando-se dependentes de outros. O fracasso em manter o status social pode ser assimilado como humilhação (HARRELL-BOND, 1999; NEEDHAM, 1994).

Contudo, muitas organizações humanitárias, historicamente, não estão acostumadas a adotar uma abordagem participativa que possa ser programada e planejada. Assim, apresentam dificuldade em partilhar o poder e a participação com outras pessoas fora da agência, como os beneficiários. Nesse sentido, é importante desenvolver mecanismos para que os refugiados sejam inseridos como o quarto ator, em plena parceria com os demais (país receptor, ACNUR e ONGs), o que implicaria, em alguma medida, compartilhamento do poder que os outros três já possuem. É necessário incluir os refugiados no desenho dos projetos de assistência, a partir da avaliação das necessidades, identificação de problemas, assim como no

processo de implementação, monitoramento e avaliação dos programas (CLARK, 1987; CUNY, 1986?; GREENHAM, MORAN, 2006; NELSON, WRIGHT, 1995; TAIT, 2006).

O ACNUR vem reconhecendo, ao menos discursivamente, a importância da participação dos refugiados no desenvolvimento, implementação e avaliação dos programas de integração local e reassentamento para que tenham êxito. O envolvimento das lideranças e comunidades refugiadas nesse processo e nas decisões tem sido apontado como fundamental para colocar as necessidades materiais imediatas e responder a essas demandas. Os refugiados que tiveram suas necessidades atendidas passam a se sentir mais apoiados e com maior motivação para retribuir e, assim, contribuir em meio à sociedade local (ACNUR, 2004).

Os empecilhos à participação dos refugiados fizeram com que muitos programas de assistência a refugiados fossem percebidos como ultrapaternalistas. Barnett (2010) explora a dualidade marcante que se faz presente no paternalismo, entendendo que há um divisor de águas entre controle e cuidado, entre prover bens e serviços que os refugiados querem e decidir que tipo de bens e serviços eles devem querer e quais intervenções efetivam seu melhor interesse. Como bem sugere Harrell-Bond (1999), a questão não é que os refugiados não precisem de ajuda, eles realmente precisam, mas o problema é o tipo de ajuda que eles recebem, a forma como é fornecida e o papel que eles assumem nesse processo. Dessa maneira merecem ser pensadas as relações entre refugiados, Estados, ONGs locais e organizações internacionais.

Refugiados no Brasil:

No Brasil, a parceria entre o ACNUR e as instituições religiosas (sobretudo, as Cáritas, organismos da Igreja Católica) com o intuito de prover assistência a refugiados remota à época da ditadura militar, no final dos anos 1970.

No contexto de regimes ditatoriais na América Latina, muitos latinos chegaram ao Brasil em busca de refúgio. Diante disso, em 1977, o ACNUR passou a atuar via Escritório do PNUD, com o escopo de reassentar essas pessoas (que não eram reconhecidas como refugiados pelo governo brasileiro) em países desenvolvidos. Nesse momento, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro iniciou o atendimento a refugiados, assistindo-os até que o ACNUR conseguisse um país de reassentamento. Já o trabalho da Cáritas Arquidiocesana de

São Paulo começou no final dos anos 1980, quando assumiu o trabalho realizado com refugiados pela Comissão Justiça e Paz (MOREIRA, 2012).

No final dos anos 1990, iniciou-se o processo de institucionalização do tema dos refugiados no Brasil, com um marco legal e institucional dado pela aprovação da legislação nacional específica sobre refugiados (Lei n. 9.474/97), em que se definiu o conceito e a extensão do termo ‘refugiado’. De acordo com o texto legal:

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

(...)

III – devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

A lei brasileira também criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), composto por representantes dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Desporto, do Departamento da Polícia Federal (DPF) e da sociedade civil, todos com direito a voto. O representante do ACNUR também participa, porém só com direito a voz.

O arranjo institucional do CONARE consolidou a estrutura (chamada de tripartite) no Brasil, reunindo os principais atores em relação aos refugiados: instituições religiosas, organização internacional (ACNUR) e governo brasileiro (representado por seus órgãos e presidindo o CONARE). Todavia, há pesos diferenciados entre os atores, considerando que a sociedade civil possui apenas um voto, enquanto os órgãos governamentais totalizam 6 votos. Está representada pelas instituições religiosas, por uma questão histórica, já que atuam em prol dos refugiados no país desde a ditadura militar. O ACNUR não participa com direito a voto, apenas com voz, visto que seu papel, segundo seu representante, é orientar e fiscalizar a atuação do governo e da sociedade civil em relação aos refugiados no país. O objetivo da organização internacional é que atores estatais e não estatais dentro do próprio país assumam a gestão dos refugiados que nele se encontram. Embora afirme exercer funções de assessoramento, colaboração técnica, fiscalização sobre o trabalho das demais instituições em prol dos refugiados, há que se reconhecer seu papel ativo e sua capacidade de influência em questões relativas a refugiados.

O comitê tem como atribuições: julgar em primeira instância os pedidos de refúgio, ou seja, realizar o processo de elegibilidade pelo qual se reconhece o estatuto de refugiado; além de “orientar e coordenar ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados” (BRASIL, 1997). Essa segunda atribuição relacionada às condições de vida propiciadas ao grupo internamente, todavia, tem sido relegada a segundo plano (MOREIRA, 2012).

Na estrutura do CONARE, percebe-se a exclusão de mecanismos que viabilizem a participação dos refugiados, que não foram constituídos como atores, mas representados pelas instituições religiosas. Em função disso, o grupo não consegue influenciar o rumo da elaboração e condução das medidas políticas que lhes são destinadas. Coloca-se, assim, uma questão importante a ser investigada: como os refugiados avaliam suas condições de vida e o apoio prestado por instituições estatais e não estatais que atuam em prol deles no país?

Condições de Vida da População Refugiada no Brasil:

A pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil foi realizada em 2007, coordenada pela Profa. Dra. Rosana Baeninger, do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da UNICAMP, em parceria com as Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro, ACNUR e com recursos financeiros da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A pesquisa inédita se baseou em *survey* e teve como objetivo principal conhecer as condições de vida desse contingente populacional, a partir de suas características socioeconômicas e demográficas, bem como o acesso às políticas sociais no país. Adotou a família como categoria de análise, considerando membros refugiados e não refugiados, residentes habituais, não habituais e ausentes. O foco incidiu sobre os refugiados reconhecidos pelo processo de elegibilidade (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007; BAENINGER, 2008).

As entrevistas com 280⁴ refugiados residentes em São Paulo e Rio de Janeiro, de diversas origens, foram realizadas nas Cáritas sediadas nas duas capitais, que auxiliaram os pesquisadores a entrarem em contato com os entrevistados. A opção por realizar as entrevistas

⁴ Do universo de 280 questionários, 79 foram aplicados em São Paulo e 201 no Rio de Janeiro (BAENINGER, 2008).

nas sedes dessas instituições se deveu ao fato de os refugiados constituírem uma população protegida, não sendo possível ter acesso a seus endereços residenciais. A fim de obter respostas não enviesadas, a pesquisa contou com uma equipe de entrevistadores⁵ para aplicar o questionário aos refugiados (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007; BAENINGER, 2008).

O questionário⁶ de 14 páginas contemplava perguntas fechadas sobre composição da família, discriminação, proteção legal, participação em programas governamentais, moradia, emprego, nível salarial, condições de trabalho e rendimentos, acesso à saúde, educação, transporte e trajetória migratória. As perguntas abertas indagavam sobre: (1) a permanência do entrevistado e de sua família no Brasil, (2) os motivos que os levaram a ‘escolher’ este país de refúgio, (3) se pretendiam mudar de cidade e como avaliavam o apoio do (4) ACNUR, (5) do CONARE e (6) da CÁRITAS.

Um dos fatores de dificuldade para aplicação do questionário foi a barreira linguística (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007). Em muitos casos, o Português não era a língua materna dos entrevistados, o que gerou problemas de comunicação. Algumas entrevistas foram realizadas em outros idiomas: Inglês, Espanhol e Francês.

As respostas às perguntas abertas sobre a avaliação do trabalho das instituições pelos refugiados foram interpretadas a partir das verbalizações dos entrevistados, depois categorizadas em: suficiente, insuficiente e não respondeu/não sabe/não conhece. Os dados foram analisados de forma quantitativa, a partir da construção de bancos com uso do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Optamos por separar, num primeiro momento, os dados obtidos mediante as entrevistas aplicadas aos refugiados em São Paulo e Rio de Janeiro (e, com isso, foi possível captar a avaliação dos refugiados sobre o apoio da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro). Depois, agrupamos os dois bancos para trabalhar as respostas sobre o ACNUR e o

⁵ Participaram como entrevistadores: Julia Bertino Moreira, Juliana Arantes Dominguez, Mariana Recena Aydos, Ricardo Dantas, Miriam Lutz, Cristiani Souza e Sylvain Souchaud.

⁶ O questionário tinha 184 quesitos, com a seguinte estrutura:

Módulo de identificação: 11 quesitos

Módulo 1 – Características do domicílio: 54 quesitos

Módulo 2 – Características dos residentes (habituais e não habituais): 14 quesitos para cada membro da família

Módulo 3 – Constituição da família: 11 quesitos para cada membro da família

Módulo 4 – Educação, documentação e status de refúgio: 18 quesitos para cada membro da família

Módulo 5 – Saúde: 14 quesitos para cada membro da família

Módulo 6 – Trabalho e rendimentos: 22 quesitos para os membros da família com mais de 14 anos de idade

Módulo 7 – Deslocamentos, refúgio e trajetórias migratórias: 34 para cada membro da família

Perguntas abertas: 6 questões para o entrevistado

CONARE de forma unificada. Ainda empregamos análise qualitativa a partir de verbalizações selecionadas para ilustrar as visões dos refugiados sobre as instituições apreciadas, apontando tanto aspectos negativos quanto positivos citados por eles.

O banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil nos possibilitou conhecer não apenas as características socioeconômicas, demográficas e o acesso às políticas sociais dessa população estrangeira, mas também como o grupo avalia o apoio prestado por instituições do Estado, da sociedade civil e da organização internacional atuantes no país.

De acordo com estatísticas do CONARE, do ACNUR e das Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro, em 2007 havia 2.409 famílias de refugiados no Brasil, das quais 1.015 residiam em São Paulo e 1.394, no Rio de Janeiro (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007). A maioria dos refugiados na capital carioca provinha de Angola, em função do fluxo iniciado na década anterior. Já as origens dos refugiados situados na capital paulista eram mais diversificadas⁷ (AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008).

Com base nos dados obtidos pela pesquisa sobre Condições de Vida da População Refugiada no Brasil⁸, a maioria dos refugiados entrevistados chegou ao país pelo Rio de Janeiro (69,8%) e São Paulo-Guarulhos (14,2%). A grande maioria (87,9%) dos refugiados no Rio de Janeiro não passou por nenhum país antes de entrar no território brasileiro, enquanto mais da metade dos refugiados em São Paulo esteve em outro país (AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008).

A maioria dos entrevistados ingressou no país legalmente (80,6%). Os recursos para a viagem foram disponibilizados, em metade dos casos, pelos próprios refugiados e, na outra metade, por empréstimos de parentes e amigos. Ao chegar, 37% foi morar na rua, 29,7% em hotel ou pensão, 28,8% em casa de amigos e 15,5% em casa de parentes. Quanto ao contato com pessoas que se encontravam no país, 49,2% não conheciam ninguém antes de

⁷ Do total em São Paulo, 737 famílias eram provenientes da África (72,6%), 143, da América Latina (14,1%), 83 do Oriente Médio (8,2%), 40 da Europa (3,9%) e 12, da Ásia (1,18%). Do total no Rio de Janeiro, 1.256 famílias eram provenientes da África (90,1%), 89, da América Latina (6,4%), 23, do Oriente Médio (1,6%), 18, da Europa (1,3%) e 8, da Ásia (0,6%) (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007).

⁸ Para maiores informações sobre a pesquisa, consultar os seguintes textos: BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007; BAENINGER, 2008; AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008.

chegar, enquanto 25,1% tinham algum familiar e 23,3% algum amigo⁹ - o que indica a constituição de redes entre os refugiados (AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008).

A maioria dos refugiados residentes nas duas capitais era do sexo masculino, solteiro, jovem e fazia parte da classe C. Apenas 2,8% dos entrevistados participavam de programa governamental (em específico, o Bolsa Família), enquanto 11% recebiam auxílio financeiro subsidiado pelo ACNUR. Em relação à moradia, a maioria dos entrevistados residia em habitação particular, permanente e alugada (BAENINGER, 2008). Quanto à documentação, 60,6% dos entrevistados afirmaram não ter problemas nesse quesito, ao passo que 28,1% responderam que havia demora na confecção do RNE (BAENINGER, 2008).

No que diz respeito ao grau de instrução, a maioria dos entrevistados possuía entre 9 e 12 anos de estudos. Ainda em termos de educação, 37,6% frequentava escola ou creche. De 61,9% que não frequentava, 29,6% não o fazia por não ter tempo ou trabalhar no horário, enquanto 19,1% já havia concluído os estudos ou não pretendia mais estudar, 3,7% afirmou que não tinha vaga e 5,2% não possuía a documentação necessária (BAENINGER, 2008).

No quesito saúde, 51,3% dos refugiados procuravam o hospital mais próximo de sua casa para serem atendidos e 84,2% não possuía plano de saúde. Em termos de assistência médica, 23,2% dos entrevistados passavam por acompanhamento e 22,7% faziam uso contínuo de medicamento (BAENINGER, 2008).

Com relação a trabalho, quando as entrevistas foram realizadas, 56,4% dos refugiados estavam trabalhando, sendo que apenas 32,8% tinham carteira de trabalho assinada pelo empregador (AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008; BAENINGER, 2008).

O banco de dados da pesquisa revelou que as condições de trabalho e os níveis salariais foram avaliados pelos entrevistados, de modo geral, como insatisfatórios. O acesso aos serviços públicos também foi considerado precário, principalmente em termos de saúde e moradia. Ainda foi apontada a dificuldade no reconhecimento de certificados e diplomas universitários. Outro ponto relevante foi que 53,4% da população residente em São Paulo se declarou insatisfeita ou muito insatisfeita a respeito de discriminação (BAENINGER, 2008; Idem, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007). Frequentemente associados a “fugitivos”, grande parte da população brasileira desconhece quem sejam os refugiados, o que acarreta maiores

⁹ Para maiores dados, incluindo as trajetórias migratórias dos refugiados entrevistados pela pesquisa, ver: AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008.

obstáculos para sua integração na sociedade local e inserção no mercado de trabalho (MOREIRA, BAENINGER, 2010).

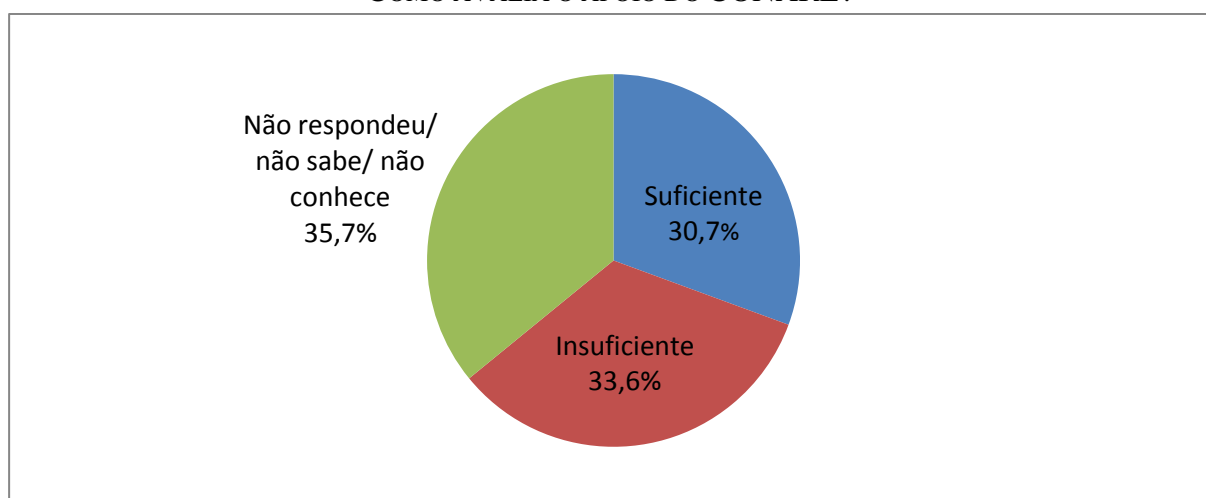
Alguns problemas colocados pelos refugiados são enfrentados também pela população local, uma vez que se relacionam a questões estruturais referentes à realidade socioeconômica do país. Porém, as dificuldades com que os refugiados se deparam são agravadas, por se tratar de uma população estrangeira, o que gera maiores empecilhos para garantir o acesso e a concretização de direitos.

Além das questões socioeconômicas avaliadas pelos refugiados sobre suas condições de vida no país, é importante conhecer a opinião sobre o trabalho realizado pelas instituições que atuam em prol deles: CONARE, ACNUR e Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Avaliação sobre o apoio prestado pelo CONARE:

Parcela significativa (35,7%) dos refugiados entrevistados em São Paulo e Rio de Janeiro não responderam, não souberam dizer ou afirmaram não conhecer o CONARE, como mostra o Gráfico 1. Um dos fatores que contribuem para o desconhecimento da instituição é a sua localização geográfica, já que o Comitê está sediado em Brasília, enquanto a maior parte dos refugiados reside nas capitais mencionadas.

**GRÁFICO 1 – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO:
COMO AVALIA O APOIO DO CONARE?**



Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 5 do questionário.

É interessante observar também as falas dos refugiados entrevistados pela pesquisa. Algumas verbalizações denotam a falta de conhecimento e de contato com o CONARE, como se observa abaixo:

QUADRO 1– ASPECTOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS, RELACIONADOS À FALTA DE CONTATO COM O CONARE:

“Não vê diretamente o papel, a ação do CONARE”.
“Não tem contato direto com o CONARE (começando porque fica em Brasília), nem sabe diferenciar muito dos outros órgãos”.
“Não consegue falar com eles”.
“Quer acesso direto ao CONARE, sem passar pela Cáritas”.
“Não conhecem muito bem a situação dos refugiados, não entram em contato com eles”.
“Acha que poderiam fazer um pouco mais, acompanhar mais de perto, ver como está, se está dando certo ou não”.
“Veio só uma vez, é muito pouco. Não conseguia falar com eles”.
“Não se faz sentir. Tem atuação pouco significativa”.
“Ruim, não se fazem presentes”.
“Conhece só pelo nome, mas não tem contato. Pensa que o apoio é inexistente, porque só conhece a instituição pela sigla”.
“Só ouviu falar, mas não sabe o que faz. O CONARE deveria fazer uma reunião com os refugiados para ouvir suas demandas. Deveria ter mais contato com a realidade dos refugiados”.

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 5 do questionário.

De acordo com as colocações transcritas, nota-se o interesse por parte de refugiados em ter maior contato e acesso direto com o Comitê Nacional e a sugestão da realização de reuniões. Importa-lhes ter espaço para expor sua situação e fazer demandas, ou seja, serem ouvidos pelos membros da instituição.

O apoio do CONARE foi avaliado como insuficiente por 33,6% dos entrevistados nas duas capitais. O órgão é reconhecido como encarregado pela concessão do estatuto de

refugiado e pela documentação no país, mas, segundo os entrevistados, falta apoio principalmente para aprimorar as suas condições de vida, como se nota abaixo:

QUADRO 2 – ASPECTOS NEGATIVOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS SOBRE O APOIO DO CONARE:

“Ruim demais, não ajuda nada”.
“Ruim, pois discrimina os refugiados africanos, tratando-os de forma diferenciada com relação aos refugiados de outras origens. O Brasil deveria parar de receber refugiados africanos, já que não conseguiu absorver seus próprios problemas com a população negra brasileira”.
“Apoio pouco significativo. Fez o papel dele, aceitando o refúgio”.
“Apoio ruim, não tem real noção da situação e das condições de vida da população refugiada”.
“Apoio apenas para documentação, tem que apoiar para melhoria das condições de vida”.
“Gostaria de enaltecer o que falha: mais organização e procura de apoio ao refugiado”.
“Péssimo. É uma assistência praticamente nula – quase inexistente”.

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 5 do questionário.

Quando o trabalho do Comitê foi tido como suficiente (em 30,7% dos casos), a principal razão mencionada foi o reconhecimento do estatuto de refugiado e a concessão de documentos, como se apreende das falas transcritas abaixo:

QUADRO 3 – ASPECTOS POSITIVOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS SOBRE O APOIO DO CONARE:

“Apoio muito bom, por ter concedido refúgio”.
“Bom, porque através deles obtiveram a legalização”.
“Muito importante, por dar reconhecimento do <i>status</i> de refugiado. Representa o apoio do governo”.
“Acha que o CONARE cumpre minimamente seu papel em termos da documentação dos refugiados”.

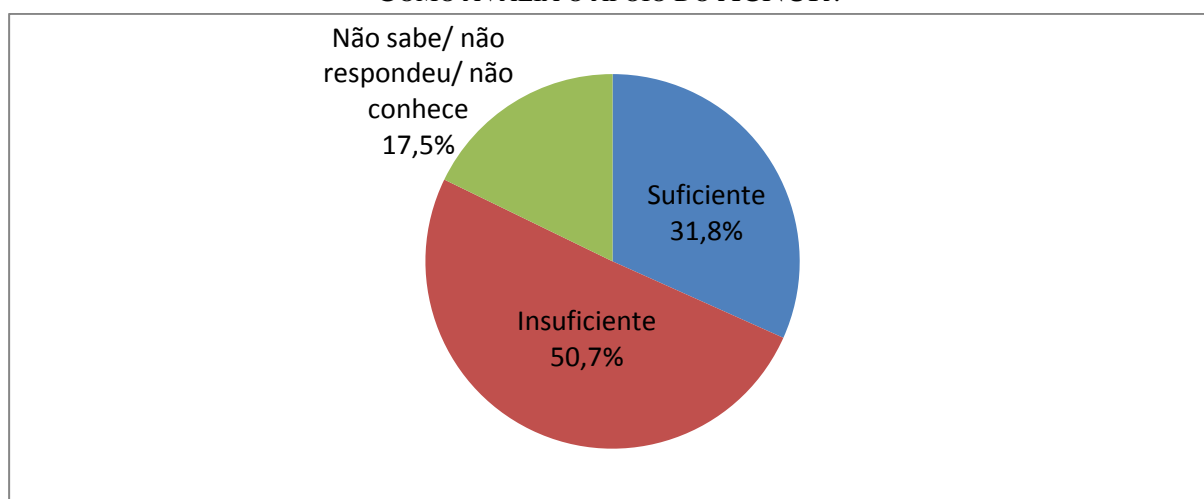
Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 5 do questionário.

Avaliação sobre o apoio prestado pelo ACNUR:

Quanto ao ACNUR, uma proporção menor, de 17,5% dos entrevistados, não respondeu, não soube dizer ou afirmou não conhecer a agência internacional, como aponta o próximo gráfico. Vale lembrar que, tal qual a sede do CONARE, o Escritório do ACNUR se localiza em Brasília. Mas o maior conhecimento da instituição pode ser atribuído ao fato de se tratar de uma agência da ONU, da qual ouviram falar ou com a qual tiveram contato durante a trajetória migratória até chegar ao Brasil.

Embora o organismo da ONU seja responsável pelo financiamento do auxílio financeiro concedido inicialmente aos refugiados, o apoio prestado foi avaliado pela maioria dos refugiados (50,7%) como insuficiente, como se apreende do Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO:
COMO AVALIA O APOIO DO ACNUR?



Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário.

Entre os pontos negativos apresentados pelos refugiados em relação ao ACNUR, sobressaem: o valor e corte do auxílio financeiro e o problema com moradia, como se observa a partir das transcrições a seguir:

QUADRO 4– ASPECTOS NEGATIVOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS SOBRE O APOIO DO ACNUR:

“O ACNUR é como mãe, deveria ser, para os refugiados, deveriam planejar a vida dele. Casa, comida e roupa não são suficientes (...). Precisam de mais oportunidades, precisam se

realizar”.
“Péssimo. Muito ruim. Não atendeu bem (...). A pessoa não recebe apoio suficiente, começando pela moradia. É muito ruim, os albergues, não são boas condições”.
“Não fazem nada, porque não sabem nada sobre a vida dos refugiados no Brasil, suas dificuldades. Não fazem nada para ajudar os refugiados”.
“Não fazem as coisas como as pessoas pedem. Pediram-se muitas coisas para eles, mas eles não fazem. As coisas não mudam, mesmo com os pedidos”.
“Apoio não tão eficaz. Não cuidam bem das pessoas, cortaram todos os benefícios”.
“Falta maior preocupação do ACNUR com os refugiados, especialmente com relação a questões econômicas. Tem que ter maior atenção com os refugiados”.
“Apoio muito fraco, pois os refugiados têm vida difícil, já que têm de se ‘virar’ pouco tempo depois que chegam”.
“Péssimo, porque é muito limitado, desumano. Especialmente comparando com a sua atuação em outros países onde há realmente um amparo deste órgão. Aqui, é entregue às moscas, não tem liderança. Acha que é só fachada, muito inconsistente. Falta interesse real em ajudar os refugiados. Não tem força, não tem capacidade para cuidar dos refugiados”.
“Faltam algumas coisas. Mais auxílio, estar mais presente, mais atenção”.

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário.

Da mesma forma como ocorre com o CONARE, nota-se o interesse dos refugiados em ter maior contato com a organização internacional, que deveria conhecer melhor a situação vivenciada por eles no país. Além disso, alguns entrevistados pontuaram que a atuação da agência da ONU é diferenciada, de acordo com os países em que trabalha.

É relevante observar, nesse ponto, a percepção acerca da diferença de tratamento conferido aos refugiados em países desenvolvidos, quando comparado ao Brasil: “Depende de cada país – eles dão um suporte diferente para cada país”; “Comparando com outros refugiados de outros países, a assistência que recebem aqui é insuficiente, não dá para levar uma vida digna”; “O apoio do ACNUR é diferente entre o Brasil e a Europa (lá só cortam o apoio se o refugiado arrumar emprego, se perder, dão o apoio de novo) (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário).

E também quanto à origem dos refugiados: “Necessidade de maior apoio dos refugiados sem haver discriminação entre as diferentes origens”; “Precisa dar mais atenção

para os africanos, que precisam mais de assistência e proteção (muitos morrem de fome). Acha que o ACNUR privilegia outros refugiados, do Oriente Médio, da Europa”; “Acha que eles estão priorizando países em guerra e os angolanos estão ficando em segundo plano” (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário).

Em contrapartida, os pontos positivos elencados por eles em relação ao ACNUR estavam ligados, sobretudo, ao oferecimento do auxílio financeiro, à documentação, educação e saúde, como se verifica abaixo:

QUADRO 5– ASPECTOS POSITIVOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS SOBRE O APOIO DO ACNUR:

“ACNUR dá oportunidades para todos. Cabe a você desenvolver a sua intelectualidade”.
“Acha que ajudaram com relação à documentação. Achou o apoio bom”.
“Bom. Atendem bem as necessidades”.
“Muito bom o apoio, ajudaram em tudo que ele precisou”.
“Se não fosse por eles, não sabe como seria a situação deles”.
“Por enquanto é mais que bom. É uma mão amiga, recurso de R\$ 300,00 é muita ajuda, e ficar legal no país, curso de português que ajuda muito”.
“Bom, porque possibilita a documentação, o que é uma garantia. Por possibilitar os estudos”.
“Teve apoio do ACNUR no início. Não tem do que se queixar, teve apoio para estudar, apoio financeiro, de remédio. Ajudaram-no quando preciso”.

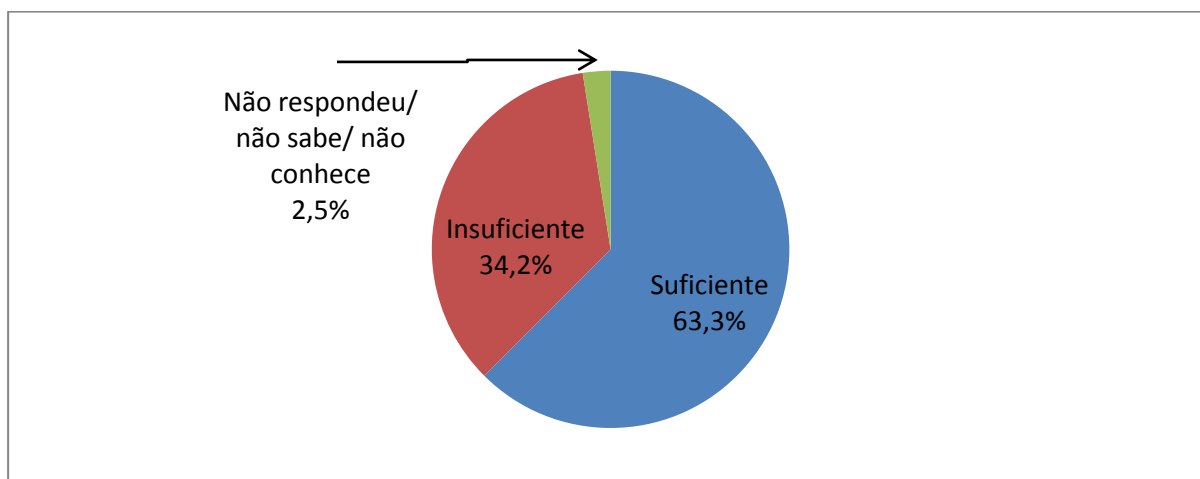
Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário.

Avaliação sobre o apoio prestado pelas Cáritas:

Os refugiados possuem maior contato com as Cáritas, que prestam assistência, auxiliam na integração, proveem cursos e facilitam o acesso a serviços, bem como fornecem o auxílio financeiro subsidiado pelo ACNUR. Como explicitou um entrevistado: “O contato sempre foi com a Cáritas”. As instituições religiosas estão situadas em São Paulo e Rio de Janeiro, onde reside a maioria dos refugiados que vivem no país.

Com relação à Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, a maioria (63,3%) dos entrevistados residentes na capital paulista avaliou como suficiente o apoio prestado pela instituição religiosa, como se constata pelo Gráfico 3:

GRÁFICO 3 – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS REFUGIADOS EM SÃO PAULO: COMO AVALIA O APOIO DA CÁRITAS?



Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

Os fatores positivos estavam ligados principalmente ao atendimento dado pela instituição aos refugiados, além do apoio em termos de documentação, educação, saúde, como se verifica adiante:

QUADRO 6– ASPECTOS POSITIVOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS SOBRE O APOIO DA CÁRITAS SP:

“Muito bom, mais próximo dos refugiados, tem real noção da situação destas pessoas e realmente se mostra preocupado e interessado”.
“Muito importante. Dá uma forma mais humana, mais pessoal às diversas situações, condições e necessidades dos refugiados”.
“Acha ótimo o apoio da Cáritas, maravilhoso. Acha que são pessoas ótimas, que sabem o que estão fazendo”.
“Um pessoal muito bom, carinhoso, a gente é bem recebido, de braços abertos. Excelente”.
“Muito bom, por conta da relação de proximidade e apoio que eles têm. Apoiam os refugiados da melhor maneira possível”.
“Bom, pois encaminhou a cursos profissionalizantes. Acredita que podem ajudar com a validação de seus estudos universitários”.

“Bom apoio, pois lhe possibilitou sua legalização e a condição de continuar estudando no Brasil”.

“Bom, porque auxiliam nas questões mais diretas, fornecendo cursos e auxílio médico e psicológico”.

Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

De outro lado, pontos negativos sobre a instituição religiosa paulista também foram mencionados pelos entrevistados, especialmente atrelados ao atendimento e auxílio em questões voltadas para trabalho e moradia, conforme se depreende a seguir:

QUADRO 7– ASPECTOS NEGATIVOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS SOBRE O APOIO DA CÁRITAS SP:

“Um pouco duros, só depois começaram a perceber que eles eram seres humanos”.

“Não distribuem tudo o que dizem que distribuem. Quando tem um problema, eles nem escutam ou se preocupam com o problema”.

“Não tem nenhuma pessoa que o trate bem. Não tem nenhum apoio bom (...), já foi bom, não é mais”.

“É feia, muito ruim. Ficam esperando. As pessoas ficam conversando e não atendem”.

“Acha ruim, porque não atende os refugiados devidamente. Privilegia os brancos em detrimento dos africanos (e angolanos, principalmente). Poderiam tratar melhor”.

“Apoio não muito bom, pois muitas vezes não satisfaz a muitas necessidades dos refugiados. Atendimento, em geral, demora demais”.

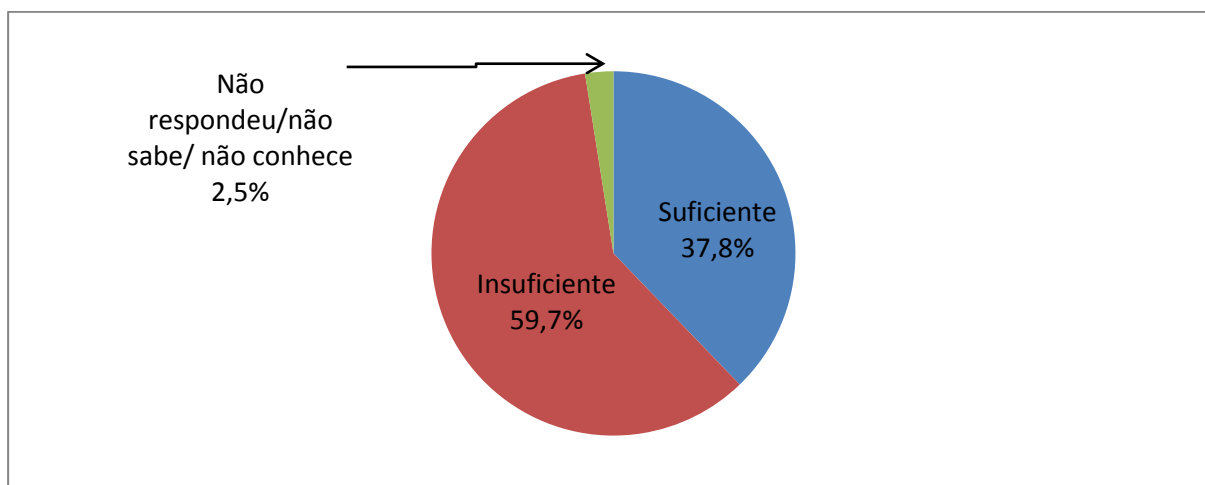
“Podiam fazer mais (como anunciar emprego, auxiliar a alugar uma casa a um custo menor)”.

“Deveria dar mais auxílio com relação a trabalho e moradia”.

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

Ao contrário da avaliação sobre o trabalho da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, o apoio prestado pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro foi julgado como insuficiente pela maioria (59,7%) dos refugiados entrevistados na capital carioca.

GRÁFICO 4 – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO: COMO AVALIA O APOIO DA CÁRITAS?



Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

Surgiram alguns pontos interessantes referentes a aspectos negativos atribuídos à instituição, como a questão financeira e a vinculação à Igreja, além de questões relacionadas com atendimento, moradia, trabalho, saúde, educação, transporte, como se abstrai do quadro seguinte:

QUADRO 8– ASPECTOS NEGATIVOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS SOBRE O APOIO DA CÁRITAS RJ:

“Dependente demais da Igreja”.
“Péssimo, não dão apoio suficiente e o que dão é precário. A Cáritas tem fundo para ajudar a todos mesmo que simbolicamente”.
“Acredita que haja diferenças na forma de atendimento, de acordo com a origem, a cor, a língua dos refugiados. Tem que melhorar a forma de tratamento das pessoas. Às vezes, tem que esperar por muito tempo. Em muitos casos, é melhor não procurar a Cáritas, pois sabe que não terá ajuda. Muitas pessoas recebem ajuda, outras não”.
“Não dá o apoio devido. Não explica o que se passa aos refugiados, em termos do que está sendo feito”.
“Medíocre. O apoio é cortado antes de o refugiado conseguir trabalho e não tem como se manter”.
“Horrível. Porque não dão apoio nenhum, não fazem nada. Há muitos refugiados em péssimas condições e eles não fazem nada”.
“Às vezes, precisa de algo, mas não é assistido, não é orientado, informado. Poderia ser melhor, com mais ajuda (principalmente financeira) e com medicamentos (que nem sempre

dão).
“Deveria ter psicólogo mais acessível, uma reunião com os refugiados para avaliar. Eles sempre só falam que não têm verba, que não podem fazer nada. Amigos ficam em situações ruins, com traficantes de drogas na favela, pois não têm oportunidade”.
“O problema maior é de moradia (acha que o ACNUR/ Cáritas poderiam ajudar a arrumar casas para refugiados)”.
“Acha que a assistência (remédios) poderia melhorar e transportes também (principalmente para os refugiados que estudam). Acha que deveria dar uma ajuda financeira (salário mínimo)”.
“Faltam algumas coisas. Mais auxílio, estar mais presente, mais atenção. Questão de bolsas também”.
“É muito difícil. Questões como moradia, locomoção, trabalho, poderiam receber uma assistência melhor nisso. Também na educação dos filhos – a escola em que eles estão é muito ‘barra pesada’”.
“Falta para a Cáritas ter uma política de não abandono das pessoas – como acontece em outros países. Teria que apoiar o refugiado com moradia e pelo menos com cesta básica (mensal). O auxílio para escola no início do ano é muito pequeno, não dá para nada. Tinha que dar condições para a pessoa crescer com as próprias pernas”.
“Tem que melhorar, dar mais apoio às pessoas. Principalmente nesta questão de estudos, formação, capacitação dos refugiados”.

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

Já a apreciação positiva sobre o suporte da instituição religiosa carioca estava ligada a uma questão simbólica, uma associação afetiva, vinculada à ideia de família. Em algumas falas, aparece a sensação de pertencimento à instituição, que teria responsabilidade sobre eles. Também há menção à ajuda em termos de documentação, assistência jurídica, educação, transporte e auxílio financeiro, como se observa abaixo:

QUADRO 9– ASPECTOS POSITIVOS APONTADOS PELOS REFUGIADOS SOBRE O APOIO DA CÁRITAS RJ:

“Nosso pai, nossa mãe no Brasil (vê como responsável pelos refugiados)”.
“A Cáritas que nos recebeu (nós somos deles)”.
“É que nem pai e mãe. Sustentou, deu apoio. É ótimo, excelente”.
“Considera sua família”.
“Ótimo. Muito atenciosos e muito carinhos. Apoiam, possibilitando dignidade aos

refugiados. Só tem a agradecer a eles”.
“Excelente. O trabalho deles é subsistência para nós. Cáritas carrega um intermédio grande para a nova identificação social, nacional do refugiado”.
“Acha maravilhoso, porque é como a ‘casa da mãe’. Se precisar de algo, dentro das possibilidades, eles procuram ajudar (...), procuram fazer o melhor”.
“Sempre foi bem atendido pelo pessoal, bem tratado. Nota 10 para eles.”
“Ajudou com documentos, cursos de português de 1 mês, dinheiro para transporte durante 1 ano. A advogada ajudou muito. São pessoas carinhosas, boas”.
“Ajudaram-no a estudar (ajudaram a conseguir bolsa de estudo na faculdade, deram curso profissionalizante)”.
“Bom apoio com questões financeiras, de saúde, além de tudo, curso de português”.
“A Cáritas está fazendo o papel dela, dando orientação para as pessoas”.

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

É pertinente observar ainda a relação entre as instituições, a partir da maneira apresentada por alguns entrevistados. De um lado, há a percepção de que a instituição religiosa fica atada à agência internacional: “Eles (Cáritas) são muito limitados pela ACNUR, que está por trás”; “Eles (Cáritas) cumprem ordem do ACNUR. Poderiam brigar mais por algumas coisas que a gente quer, alguma necessidades. Poderiam exigir mais do ACNUR” (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007).

De outro lado, quanto à aplicação dos recursos destinados pelo organismo da ONU às Cáritas: “Acha que [a Cáritas] não recebe o que o ACNUR diz que manda para o Brasil. O dinheiro não aparece (pesquisa na internet)”; “Acha que precisa dar mais apoio para Cáritas, para repassar auxílio para os refugiados estudarem (investir na educação)”; “Acha injusto o apoio prestado pelo ACNUR entre São Paulo e Rio de Janeiro. Acha que no Rio de Janeiro os refugiados recebem auxílio por mais tempo do que em São Paulo (recebem desde que chegam e continuam recebendo depois que são reconhecidos)”; “O ACNUR deve mandar dinheiro (muita verba) para Cáritas e não sabemos o destino desse dinheiro”; “Acredita que o ACNUR não sabe do que realmente acontece. Acha que na Cáritas é necessária uma ouvidoria” (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007).

E, por fim, com relação ao financiamento, fazendo referência também ao governo brasileiro: “A pessoa fica na dúvida se realmente não tem apoio ou se o governo dá, mas o dinheiro não chega até eles”; “Não sabe se a verba impede que eles façam mais, não sabe o que se passa por trás” (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007).

A partir dos relatos, transparece ainda a dificuldade dos refugiados em definir o papel de cada instituição e como elas se articulam para lhes prover apoio no país: “Acha que o ACNUR e a Cáritas são a mesma coisa”; “Chamam tudo de ACNUR, nunca pensou na separação”. Como bem explicam dois entrevistados: “Os órgãos parecem atuar sempre em conjunto, dificultando a percepção das funções específicas”; “Não há comunicação sobre o que as instituições (ACNUR, CONARE) fazem. (...) As três instituições deveriam agir em conjunto para conhecer a realidade dos refugiados” (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007). Nota-se que a noção sobre a atividade desempenhada por cada um dos atores, dentro da estrutura arquitetada no Brasil, parece não ser amplamente difundida em meio aos refugiados acolhidos no país, como revelaram os dados da pesquisa.

Considerações finais:

A partir dos dados obtidos pela pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, os resultados indicam que o apoio fornecido pelas instituições estatais e não estatais que atuam em prol do grupo no país se revela, de modo geral, insuficiente, segundo os refugiados entrevistados.

Uma questão de relevo diz respeito ao desconhecimento dos refugiados sobre o CONARE e ACNUR e as funções exercidas pelas instituições, como mostraram os dados da pesquisa. Como o contato direto dos refugiados se dá, sobretudo, com as Cáritas (que prestam assistência direta, distribuem o auxílio financeiro e oferecem serviços ao grupo), há dificuldade em definir o papel de cada instituição e como elas se articulam na chamada estrutura tripartite. É fundamental, nesse sentido, instruir, dar mais informações sobre o papel desempenhado por cada instituição e como elas interagem no trabalho com os refugiados.

Além disso, o desenho institucional do CONARE não estabeleceu canal para diálogo com refugiados, que são excluídos do processo de debate sobre assuntos que lhe

dizem respeito. Os atores da sociedade civil assumiram a representação dos refugiados. Nesse ponto, não se deve perder de vista a postura paternalista frente aos refugiados adotada por instituições atuantes em prol do grupo. A participação dos refugiados nas discussões e deliberações sobre pontos que lhes dizem respeito levaria a uma mudança na articulação trilateral, vale dizer, no espaço assumido pelos outros atores (governo, agência internacional da ONU e instituições religiosas). Seria necessário incorporar, portanto, os próprios refugiados nesse esquema, o que, como já apontado pela literatura, nem sempre é bem visto pelas instituições que trabalham com o grupo, porque implica compartilhar poder com um novo ator.

A representação dos refugiados, desempenhada por instituições domésticas que atuam no âmbito da sociedade civil, e a tutela internacional exercida pela organização internacional são questionáveis, à medida que é importante contemplar formas de participação dos próprios refugiados em relação aos programas implementados. Faz-se necessário pensar em como estabelecer um meio de interlocução direto e eficaz entre os refugiados e as instituições que trabalham com eles no país.

Uma possível solução seria criar um canal institucional dentro do CONARE para ouvir o grupo, criando mecanismos participativos, através de reuniões, audiências, grupos de trabalho ou consultas sobre propostas de medidas a serem adotadas. Alguns refugiados entrevistados fizeram sugestões nesse sentido, com o intuito de sanar esse distanciamento entre eles e o Comitê Nacional.

O CONARE deveria ter mais contato com os refugiados, enviando membros em missões *in loco* para as Cáritas e outras ONGs que assistem refugiados e reassentados no país, para ouvir seus problemas e suas sugestões para solucioná-los. O Comitê deveria viabilizar maior acesso do grupo à instituição, abrindo espaço para dar voz aos refugiados e às demandas que desejem apresentar. O Comitê Nacional, portanto, precisa se envolver mais, atuar de forma mais ativa e como coordenador efetivo na busca de soluções para os problemas apresentados pelos refugiados. Afinal, trata-se do espaço institucional pertinente para discutir alternativas e adotar medidas para resolvê-las. O diálogo dos refugiados com as instituições que trabalham com eles se revela essencial e, não resta dúvida, deve ocorrer e ser mantido de forma constante.

Nesse ponto, merece reflexão, mais uma vez, como os próprios refugiados podem contribuir. É importante incluir as comunidades de refugiados (e líderes eleitos por elas, se

houver) como participantes, ao lado do governo, organizações da sociedade civil e ACNUR, auxiliando nesse processo de identificar as necessidades dos recém-chegados e reavaliando-as ao longo do processo de integração local. As comunidades de refugiados devem participar tanto do processo de definição quanto de execução dos programas oferecidos. Há, nesse sentido, farta literatura internacional, apontando a relevância do envolvimento dessas comunidades para que se alcancem resultados positivos no processo de integração local.

É preciso também demarcar as áreas em que o apoio é considerado insuficiente pelos refugiados (a exemplo de moradia e inserção no mercado de trabalho, como apontando pela pesquisa), e pensar em políticas direcionadas para o grupo. As instituições devem se engajar, a partir de um esforço conjunto nos processos de mapeamento das necessidades dos refugiados, com a participação dos próprios, e na concretização de medidas para satisfazê-las.

As possíveis soluções para lidar com reações negativas por parte da população brasileira frente aos refugiados abarcam a adoção de programas de conscientização, informação, educação sobre a condição e a situação do refugiado no país (o que funciona para combater a discriminação vivenciada pelo grupo). Além disso, programas que beneficiem tanto os refugiados quanto a comunidade local (a exemplo da ação coordenada sobre campanha de saúde pública com evento cultural promovida pelo ACNUR e ONG no Complexo da Maré no RJ¹⁰), que ajudam a aproximá-los da comunidade com a qual passam a se relacionar após o ingresso no país.

Bibliografia:

ACNUR. *Resettlement Handbook*. 2004. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/pages/4a2ccb76.html>>. Acesso em: 05 set. 2009.

AGIER, Michel. Os refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2006.

ALEINIKOFF, Alexander. State-centered refugee Law: from resettlement to containment. In: DANIEL, E. Valentine; KNUDSEN, John Chr (Ed.). *Mistrusting refugees*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1995. p. 257-278.

¹⁰ Ver: ACNUR, *ACNUR e Ação Comunitária do Brasil lançam campanha “Maré de Saúde” no RJ*, 2008. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-e-acao-comunitaria-do-brasil-lancam-campanha-mare-de-saude-no-rj/?L=type=100&tx_ttnews%5Bpointer%5D=3>. Acesso em: 18 nov. 2011.

AYDOS, Mariana Recena; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares. *III Congresso da Associação Latino-Americana de População*. Córdoba, 2008.

BAENINGER, Rosana (Coord.) *et all. População Refugiada: retrato das condições de vida das famílias em São Paulo e Rio de Janeiro*. Campinas: Nepo/ Unicamp, 2008.

_____; DOMINGUEZ, Juliana; AYDOS, Mariana Recena. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: divulgação da pesquisa de campo e resultados preliminares. *Anais do V Encontro Nacional de Migrações*. Campinas, Nepo/ Unicamp, 2007.

BARNETT, Michael. Humanitarianism, Paternalism, and the UNHCR. In: BETTS, Alexander; LOESCHER, Gil. (Ed.). *Refugees in International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2010 (unpublished yet).

BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho 1997. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

CLARK, Lance. *Promoting refugee participation in assistance projects*. Washington DC : Refugee Policy Group, 1987.

CUNY, Frederick C. Refugee participation in emergency relief operations. Washington, D.C.: Refugee Policy Group, [1986?].

GREENHAM, Felicity; MORAN, Rhetta. Complexity and community empowerment in regeneration. In: TEMPLE, Bogusia; MORAN, Rhetta (Ed.). *Doing research with refugees: issues and guidelines*. Bristol: University of Bristol, 2006. p. 111-132.

HARRELL-BOND, Barbara. In: AGER, Alastair (Ed.). *Refugees: perspectives on the experience of forced migration*. London: Pinter, 1999. P. 136-158.

MOREIRA, Julia Bertino. *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2012.

_____; BAENINGER, Rosana. Local integration of refugees in Brazil. *Forced Migration Review*, Oxford, v. 35, p. 48-49, 2010.

NEEDHAM, Robin. *Refugee participation: what is it, and why is it important for those who work with refugees, and for refugees themselves? Some comments and observations*. Paper prepared for PARINAC Conference, March 1994, Addis Ababa.

NELSON, Nici; WRIGHT, Susan (Ed.). *Power and participatory development: theory and practice*. London: ITDG, 1995.

REILLY, Rachael. *The politics of participation in refugee assistance programmes: the case of the Bhutanese refugee camps in S. E. Nepal*. M.Sc. thesis, Social Policy & Planning in Developing Countries, LSE, London, August 1995.

TAIT, Kirsteen. Refugee voice as evidence in policy and practice. In: TEMPLE, Bogusia; MORAN, Rhett (Ed.). *Doing research with refugees: issues and guidelines*. Bristol: University of Bristol, 2006. p. 133-153.

TEMPLE, Bogusia; MORAN, Rhett (Ed.). *Doing research with refugees: issues and guidelines*. Bristol: University of Bristol, 2006.

ZETTER, Roger. International perspective on refugee assistance. In: AGER, Alastair (Ed.). *Refugees: perspectives on the experience of forced migration*. London: Pinter, 1999. P. 46-82.